



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
UNIDADE DE CADASTRO - UCAD/DELEMIG/DREX/SR/PF/CE

Decisão nº 144069708/2025-UCAD/DELEMIG/DREX/SR/PF/CE

Processo: **08270.010565/2024-11**

Autuado (a): **AVIAD SHAHAR TENDLER**

Assunto: **Decisão de 2 instância (REVELIA)**

**DEFESA**

Foi proferida decisão de 1<sup>a</sup> instância mantendo o **Auto de Infração/Termo Notificação nº 1333\_00175\_2024**, por ser **ato administrativo perfeito, válido e eficaz**, estando em pleno acordo com o princípio da legalidade. O autuado foi revel, não tendo apresentado defesa escrita no prazo legal de **10 (dez) dias**. Após o decurso do prazo para recurso à 2<sup>a</sup> instância, o presente processo administrativo retornou para apreciação. Não houve apresentação de recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias corridos, conforme Art. 110, "caput", da **Lei 13.445/2017 c/c Art. 309, § 8º, do Decreto 9.199/2017 c/c Art. 59 da Lei 9.784/99**, razão pela qual o autuado se mantém revel.

**FUNDAMENTAÇÃO E JULGAMENTO**

A decisão de 1<sup>a</sup> instância foi julgada à revelia do autuado, visto que ele não apresentou defesa escrita no prazo legal, conforme Art. 309, §5º, do Decreto 9.199/2017. Vieram os autos do presente processo administrativo a esta instância, com fundamento no Art. 309, §8º, do Decreto 9.199/2017, porém à revelia, mais uma vez, do autuado. Assim, utilizando-me dos efeitos do instituto da revelia, reputo verdadeiro e eficaz o ato administrativo praticado, qual seja, a lavratura do **Auto de Infração e Notificação nº 1333\_00175\_2024**, por ser essa a consequência legal lógica, consoante disposto no Art. 344 da Lei 13.105/2015 (aplicação por analogia). Some-se a isso, o fato de os atos administrativos gozarem de presunção de legalidade/veracidade. Isto é, todos os atos administrativos que são lavrados presumem-se de acordo com a lei. Logo, não há dúvidas de que o Auto de Infração e Notificação aplicado ao estrangeiro revel é um ato revestido de legalidade, figurando como ato administrativo perfeito, válido e eficaz. Ademais, a multa imposta não desbordou dos parâmetros legais constantes do Art. 108 da lei 13.445/2017 c/c Art. 301 do Decreto 9.199/2017. Assim sendo, esta instância recursal é favorável à **MANUTENÇÃO** do referido **Auto de Infração/Termo Notificação nº 1333\_00175\_2024**, no valor de **R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais)**, por ser **ato administrativo perfeito, válido e eficaz**, estando em conformidade com o que dispõe os **parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 309, do Decreto 9.199/2017, bem como os princípios da legalidade e da presunção de veracidade**.

**CIÊNCIA**

Notifique-se o autuado da presente decisão. Ademais, proceda-se as conclusões de praxe com o lançamento/manutenção da dívida no sistema SONAR e a abertura do prazo de **30 dias para pagamento do débito**, conforme exposto no **§10 do Art. 309, do Decreto 9.199/2017**. Após, em não havendo a quitação da multa, promover o encaminhamento do procedimento à Fazenda Nacional para os

devidos fins legais.

**ALEXSANDRA OLIVEIRA MEDEIROS REIS**  
Delegada de Polícia Federal  
Chefe da DELEMIG/DREX/SR/PF/CE



Documento assinado eletronicamente por **ALEXSANDRA OLIVEIRA MEDEIROS REIS**,  
**Delegado(a) de Polícia Federal**, em 24/12/2025, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com  
fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?  
acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=144069708&crc=B4A86CCF](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=144069708&crc=B4A86CCF).  
Código verificador: **144069708** e Código CRC: **B4A86CCF**.

---

Referência: Processo nº 08270.010565/2024-11

SEI nº 144069708



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
UNIDADE DE CADASTRO - UCAD/DELEMIG/DREX/SR/PF/CE

## NOTIFICAÇÃO

Sr(a).

**AVIAD SHAHAR TENDLER**

Fica notificado(a) da Manutenção do Auto de Infração e Notificação nº 1333\_00175\_2024, protocolado sob processo SEI nº 08270.010565/2024-11, tendo sido julgado à sua revelia em nível de 2ª instância, haja vista que não apresentou defesa no prazo legal. Não há mais possibilidade de recurso em âmbito administrativo, devendo realizar o pagamento da multa no prazo de **30 dias corridos**, conforme exposto no **§10 do Art. 309, do Decreto 9.199/2017**.

Esclareço que o não pagamento da multa no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a partir da publicação desta notificação no site da Polícia Federal, implicará no encaminhamento deste processo à Procuradoria da Fazenda Nacional para procedimentos de inscrição na dívida ativa da União, conforme estabelece o **Art. 309, §11 do Decreto 9.199/2017**, além de manutenção de registro no Sistema Operacional de Alertas e Restrições (SONAR).

Atenciosamente,

**ONOFRE DE SOUSA FERREIRA**  
Agente de Polícia Federal  
UCAD/DELEMIG/DREX/SR/PF/CE



Documento assinado eletronicamente por **ONOFRE DE SOUSA FERREIRA, Agente de Polícia Federal**, em 26/12/2025, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=144096239&crc=5FADEB7E](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=144096239&crc=5FADEB7E).  
Código verificador: **144096239** e Código CRC: **5FADEB7E**.